

O uso dos gêneros textuais como instrumento de educação para as relações étnico racial

The use of textual genres as a tool for education on ethnic-racial relations

Aliny Cristina Pereira de Oliveira¹
Eli da Silva Duarte²
Francisca Jorge Coutinho da Silva³
Maria Elza Peixoto⁴
Rita de Cássia da Rocha Rodrigues⁵

Resumo

Este artigo analisa o uso dos gêneros textuais como instrumento de Educação para as Relações Étnico-Raciais, destacando suas contribuições para a construção de práticas pedagógicas antirracistas no contexto da educação básica. A pesquisa fundamenta-se em uma revisão bibliográfica de autores que discutem os gêneros textuais como práticas sociais e a educação voltada para a valorização da diversidade cultural, entre eles Bakhtin, Marcuschi, Gomes, Munanga, Cavalleiro e Oliveira. Inicialmente, aborda-se o conceito de relações étnico-raciais e o histórico das políticas educacionais voltadas à temática, com destaque para a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas. Em seguida, discutem-se os desafios para a implementação da educação antirracista, evidenciando aspectos relacionados à formação docente, à representatividade negra nos materiais didáticos e à necessidade de superação de práticas curriculares eurocêntricas. O estudo também analisa a importância da literatura afro-brasileira e africana e do trabalho com diferentes gêneros textuais como meios de promover a leitura crítica sobre racismo e discriminação, fortalecer a consciência histórica e cultural dos estudantes e ampliar a valorização das identidades negras. Os resultados apontam que os gêneros textuais constituem importantes ferramentas para a promoção do respeito à diversidade, da inclusão e da cidadania, uma vez que possibilitam o contato com múltiplas vozes, experiências

¹ Licenciada em Letras. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-5822-4250> E-mail: alinyyoli@gmail.com

² Licenciado em História pela UFT, Mestre em Cultura e Território pela UFT, Doutor em Psicologia pela UFPA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6819-0969> E-mail: elipreparamestrado@gmail.com

³ Licenciada em Pedagogia. Especialista em psicopedagogia institucional. Mestranda em Geografia. <https://orcid.org/0009-0003-1084-5648>, E-mail franciscacoutinho166@gmail.com

⁴ Licenciada em Letras pela UNITINS. Especialização em Literatura Brasileira. Mestre em Cultura e Território pela UFNT. Orcid: [Orcid: Orcid.org/0009-0008-6987-4554](https://orcid.org/0009-0008-6987-4554). E-mail melzapeixoto0@gmail.com

⁵ Licenciada em Letras pela UNITINS. Especialista em Inspeção Escolar. Mestra em Estado, Governo e Políticas Públicas. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5732-5539> E-mail: eeafnprofcassia@gmail.com

e perspectivas culturais. Conclui-se que a utilização consciente e planejada dos gêneros textuais pode contribuir significativamente para a efetivação da Educação das Relações Étnico-Raciais, fortalecendo práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial, a justiça social e a formação crítica dos estudantes.

Palavras-chave: Gêneros textuais. Relações étnico-raciais. Educação antirracista

Abstract

This article analyzes the use of textual genres as an instrument of Education for Ethnic-Racial Relations, highlighting their contributions to the construction of anti-racist pedagogical practices in the context of basic education. The research is based on a bibliographic review of authors who discuss textual genres as social practices and education aimed at valuing cultural diversity, including Bakhtin, Marcuschi, Gomes, Munanga, Cavalleiro, and Oliveira. Initially, the concept of ethnic-racial relations and the history of educational policies focused on the theme are addressed, with emphasis on Law No. 10.639/2003, which made the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture mandatory in schools. Then, the challenges for the implementation of anti-racist education are discussed, highlighting aspects related to teacher training, black representation in teaching materials, and the need to overcome Eurocentric curricular practices. The study also analyzes the importance of Afro-Brazilian and African literature and working with different textual genres as means of promoting critical reading about racism and discrimination, strengthening students' historical and cultural awareness, and expanding the appreciation of Black identities. The results indicate that textual genres constitute important tools for promoting respect for diversity, inclusion, and citizenship, since they allow contact with multiple voices, experiences, and cultural perspectives. It is concluded that the conscious and planned use of textual genres can significantly contribute to the effectiveness of Education on Ethnic-Racial Relations, strengthening pedagogical practices committed to racial equity, social justice, and the critical formation of students.

Keywords: Textual genres. Ethnic-racial relations. Anti-racist education.

Introdução

A Educação para as Relações Étnico-Raciais ocupa posição central no debate educacional brasileiro desde a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica. Tal marco normativo evidencia a necessidade de a escola assumir um papel ativo no enfrentamento ao racismo estrutural e na reconstrução de práticas pedagógicas que valorizem as identidades historicamente silenciadas.

Nesse cenário, o trabalho com gêneros textuais se apresenta como uma estratégia pedagógica potente, pois permite que diferentes vozes, narrativas e repertórios culturais circulem no ambiente escolar, favorecendo a formação crítica dos estudantes e promovendo reflexões sobre desigualdades raciais.

A problemática que orienta esta pesquisa reside no questionamento sobre como os gêneros textuais têm sido utilizados como instrumentos de Educação para as Relações Étnico-Raciais, bem como quais contribuições e limites essa abordagem apresenta para a construção de práticas pedagógicas antirracistas. Considerando que o racismo se manifesta de forma estrutural e simbólica no currículo, nos materiais didáticos e nas interações escolares, torna-se imprescindível investigar se as práticas mediadas por gêneros textuais estão, de fato, contribuindo para desconstruir estereótipos, valorizar culturas afro-brasileiras e indígenas e fortalecer identidades racialmente marcadas.

Justifica-se a relevância desta pesquisa pelo entendimento de que a linguagem é um dos principais mediadores culturais e ideológicos presentes no processo educativo. Os gêneros textuais, por serem práticas sociais situadas, carregam valores, representações e discursos capazes de promover ou combater desigualdades. Assim, analisar o uso pedagógico desses gêneros possibilita compreender como a escola pode avançar na construção de uma educação comprometida com a diversidade, com os direitos humanos e com a formação cidadã. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância de práticas que reconheçam as identidades dos estudantes, valorizem a multiculturalidade e promovam o respeito às diferenças, o que amplia ainda mais a necessidade de pesquisas que iluminem possibilidades de atuação docente nesse campo.

Diante desse contexto, o objetivo geral deste artigo consiste em analisar, por meio de uma revisão de literatura, de que maneira o uso dos gêneros textuais tem sido abordado em pesquisas e práticas pedagógicas voltadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais. Por meio dessa análise, busca-se identificar avanços, desafios e lacunas existentes na produção acadêmica, bem como evidenciar estratégias que potencializem práticas educativas antirracistas. Assim, este estudo pretende contribuir para o fortalecimento de ações pedagógicas que promovam a

equidade racial e reafirmem o papel da linguagem como eixo estruturante para uma educação mais plural, democrática e comprometida com a justiça social.

Conceito de relações étnico-raciais

As relações étnico-raciais constituem um campo de estudos e práticas sociais voltado para a compreensão das interações estabelecidas entre diferentes grupos étnicos e raciais em uma sociedade. No contexto brasileiro, essa temática assume grande relevância devido ao processo histórico de colonização, escravização de povos africanos e às desigualdades sociais que se perpetuaram ao longo dos séculos. Dessa forma, discutir as relações étnico-raciais implica refletir sobre as formas de convivência, os conflitos, as discriminações e as possibilidades de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Segundo Munanga (2004), as relações étnico-raciais envolvem a compreensão das diferenças culturais e identitárias existentes entre os grupos sociais, bem como a análise das desigualdades produzidas historicamente pelo racismo. Para o autor, a categoria raça não possui fundamento biológico capaz de justificar a superioridade de um grupo sobre outro, sendo uma construção social utilizada para legitimar relações de poder e exclusão.

Nesse sentido, Gomes (2017) destaca que as relações étnico-raciais devem ser compreendidas para além das diferenças físicas ou culturais, abrangendo também os processos históricos, políticos e sociais que influenciam a forma como determinados grupos são representados e tratados na sociedade. A autora afirma que a educação possui papel fundamental na desconstrução de preconceitos e na valorização da diversidade cultural presente no país.

De acordo com Silva (2007), a educação para as relações étnico-raciais busca promover o reconhecimento da contribuição dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas para a formação da sociedade brasileira. Essa perspectiva rompe com visões eurocêntricas tradicionalmente presentes nos currículos escolares e favorece a construção de uma educação pautada no respeito à diversidade e nos direitos humanos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais estabelecem que a valorização das identidades culturais e o combate

ao racismo devem ser princípios orientadores das práticas educativas. Conforme Brasil (2004), a educação para as relações étnico-raciais tem como objetivo fortalecer o reconhecimento positivo da diversidade, contribuindo para a formação de cidadãos capazes de conviver de forma democrática e respeitosa com as diferenças.

Além disso, Hall (2006) argumenta que as identidades culturais são construídas socialmente e estão em constante transformação. Essa compreensão contribui para o debate sobre as relações étnico-raciais ao evidenciar que as identidades não são fixas, mas resultado de processos históricos e culturais que influenciam a maneira como os indivíduos percebem a si mesmos e aos outros.

Dessa forma, o conceito de relações étnico-raciais está diretamente relacionado à promoção da equidade, ao reconhecimento das diferenças e ao enfrentamento das práticas discriminatórias. No ambiente escolar, essa abordagem possibilita a valorização das múltiplas identidades presentes na sociedade brasileira, favorecendo a construção de uma educação inclusiva, democrática e comprometida com a justiça social.

Histórico das Políticas Educacionais Voltadas à Temática Étnico-Racial e as Contribuições da Lei nº 10.639/2003

A construção de políticas educacionais voltadas para as relações étnico-raciais no Brasil está diretamente relacionada às reivindicações históricas do movimento negro, que denunciou a invisibilização da população afro-brasileira nos currículos escolares e a reprodução de práticas racistas no ambiente educacional. Durante grande parte da história brasileira, a educação formal privilegiou uma perspectiva eurocêntrica, na qual a participação dos povos africanos e seus descendentes era frequentemente retratada de forma secundária ou associada exclusivamente ao período da escravidão. Essa abordagem contribuiu para a manutenção de estereótipos e para a exclusão de importantes elementos da cultura e da história afro-brasileira (GOMES, 2017).

A partir da segunda metade do século XX, especialmente após a redemocratização do país, intensificaram-se os debates sobre igualdade racial e inclusão social. O movimento negro organizado passou a reivindicar políticas públicas que reconhecessem a contribuição histórica, cultural, econômica e social da

população negra para a formação da sociedade brasileira. Nesse contexto, a educação foi identificada como um espaço estratégico para o enfrentamento do racismo e para a promoção da valorização da diversidade cultural (MUNANGA, 2005).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um importante avanço nesse processo ao estabelecer a igualdade de direitos entre todos os cidadãos e ao condenar qualquer forma de discriminação racial. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) fortaleceu o compromisso com uma educação voltada para o respeito à diversidade cultural. Contudo, tais instrumentos ainda não garantiam a inclusão efetiva da história e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares (BRASIL, 1996).

Um marco significativo para a consolidação das políticas educacionais voltadas às relações étnico-raciais ocorreu em 2003, com a promulgação da Lei nº 10.639. Essa legislação alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as instituições de educação básica do país. A lei também instituiu o dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, como data oficial do calendário escolar, reforçando a importância da reflexão sobre a luta da população negra contra o racismo e a desigualdade social (BRASIL, 2003).

Segundo Gomes (2012), a Lei nº 10.639/2003 representa uma conquista histórica dos movimentos sociais negros, pois rompe com a lógica curricular que privilegiava exclusivamente referências europeias na formação dos estudantes. A legislação possibilitou a ampliação do debate sobre identidade, diversidade cultural e reconhecimento das contribuições africanas e afro-brasileiras para a constituição da nação brasileira. Dessa forma, a escola passou a ser compreendida como um espaço fundamental para a promoção da igualdade racial e para a formação de cidadãos conscientes da pluralidade cultural existente no país.

As contribuições da lei também podem ser observadas na elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, aprovadas em 2004. Essas diretrizes orientam os sistemas de ensino na implementação de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e combatam o racismo, incentivando a revisão de materiais didáticos, a formação continuada de

professores e a inclusão de conteúdos relacionados à história da África e da cultura afro-brasileira (BRASIL, 2004).

Entretanto, apesar dos avanços proporcionados pela legislação, diversos estudos apontam desafios para sua efetiva implementação. Munanga (2005) destaca que a simples existência da lei não garante mudanças imediatas nas práticas pedagógicas, sendo necessária a formação adequada dos docentes e o compromisso institucional das escolas com a educação antirracista. Da mesma forma, Gomes (2017) observa que ainda persistem dificuldades relacionadas à escassez de materiais didáticos, à resistência de alguns setores da sociedade e à permanência de concepções preconceituosas que dificultam a consolidação de uma educação voltada para a valorização da diversidade étnico-racial.

Portanto, o histórico das políticas educacionais voltadas às relações étnico-raciais demonstra um processo de luta e conquista social protagonizado, em grande medida, pelo movimento negro brasileiro. Nesse percurso, a Lei nº 10.639/2003 destaca-se como um dos principais instrumentos de democratização do ensino, ao promover o reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira e africana, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva, plural e comprometida com a superação das desigualdades raciais.

Desafios para a Implementação da Educação Antirracista nas Escolas

A implementação da educação antirracista nas escolas brasileiras constitui um importante avanço na promoção da igualdade racial e na valorização da diversidade cultural. Entretanto, apesar dos progressos alcançados por meio da Lei nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, diversos desafios ainda dificultam a efetivação dessas políticas no cotidiano escolar. Entre os principais obstáculos destacam-se a insuficiente formação docente, a carência de materiais didáticos adequados, a permanência de práticas pedagógicas eurocêntricas e a resistência de alguns segmentos sociais em discutir as questões raciais no ambiente educacional (MUNANGA, 2005).

Segundo Gomes (2017), um dos maiores desafios para a consolidação da educação antirracista está relacionado à formação dos professores. Muitos

profissionais da educação não tiveram acesso, durante sua formação inicial, a conteúdos que abordassem a história e a cultura afro-brasileira e africana de maneira aprofundada. Como consequência, encontram dificuldades para desenvolver práticas pedagógicas que valorizem a diversidade étnico-racial e enfrentem situações de preconceito e discriminação presentes no ambiente escolar.

Outro aspecto relevante refere-se à persistência de currículos marcados por uma visão eurocêntrica da história e da cultura. Embora a legislação determine a inclusão de conteúdos relacionados à população negra e africana, em muitas instituições esses temas ainda são abordados de forma pontual, frequentemente restritos ao mês de novembro ou às comemorações do Dia da Consciência Negra. Para Munanga (2005), essa prática contribui para a invisibilização das contribuições históricas, culturais e sociais da população negra, dificultando a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais ressaltam que o combate ao racismo deve constituir um compromisso permanente das instituições de ensino, envolvendo gestores, professores, estudantes e a comunidade escolar. O documento destaca que a valorização da história e da cultura afro-brasileira deve estar integrada ao currículo de forma transversal, contribuindo para a superação das desigualdades raciais e para a formação cidadã dos estudantes.

Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) fortalece os princípios da educação antirracista ao estabelecer competências que incentivam o respeito à diversidade cultural, o exercício da empatia e a valorização das diferentes identidades presentes na sociedade brasileira. Entre as Competências Gerais da BNCC, destacam-se aquelas que propõem a valorização dos conhecimentos historicamente construídos, o reconhecimento da diversidade cultural e a promoção dos direitos humanos, aspectos diretamente relacionados à educação das relações étnico-raciais. Estudos apontam que a BNCC oferece possibilidades para o desenvolvimento de práticas pedagógicas alinhadas à Lei nº 10.639/2003, favorecendo a inserção da temática racial em diferentes componentes curriculares.

Entretanto, a existência de documentos normativos não garante, por si só, a transformação das práticas educativas. A efetivação da educação antirracista exige

investimentos contínuos na formação inicial e continuada dos docentes, revisão dos materiais didáticos e construção de projetos pedagógicos comprometidos com a diversidade e a justiça social. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, a educação das relações étnico-raciais deve promover o reconhecimento positivo das identidades negras e combater todas as formas de discriminação presentes na sociedade e na escola.

Dessa forma, a articulação entre a Lei nº 10.639/2003, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e a BNCC representa uma importante estratégia para a construção de uma educação democrática e inclusiva. Contudo, a concretização desses princípios depende do comprometimento das instituições de ensino e dos profissionais da educação na promoção de práticas pedagógicas que contribuam para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com o enfrentamento do racismo e a valorização da diversidade cultural brasileira.

Gêneros Textuais em Sala de Aula para Uma Educação Antirracista

O trabalho com gêneros textuais em sala de aula constitui uma importante estratégia para a promoção de uma educação antirracista, uma vez que possibilita a reflexão crítica sobre as relações sociais, culturais e históricas presentes nos discursos que circulam na sociedade. Ao considerar a linguagem como prática social, o ensino de Língua Portuguesa ultrapassa a mera aprendizagem de estruturas linguísticas e passa a contribuir para a formação de sujeitos críticos e conscientes das desigualdades que marcam a realidade brasileira.

Nessa perspectiva, Marcuschi (2008) afirma que os gêneros textuais são formas de ação social que organizam a comunicação humana em diferentes contextos. Dessa forma, os textos não são neutros, mas carregam valores, ideologias e visões de mundo que influenciam a construção das identidades sociais. Essa compreensão aproxima-se das contribuições de Bakhtin (1997), para quem todo enunciado é produzido em uma situação histórica e social específica, estabelecendo diálogo com outros discursos e refletindo as relações de poder presentes na sociedade.

Ao considerar as relações étnico-raciais no contexto escolar, torna-se fundamental selecionar gêneros textuais que promovam a valorização da

diversidade cultural e o reconhecimento da contribuição da população negra para a formação da sociedade brasileira. Segundo Gomes (2017), a educação antirracista deve favorecer a construção de identidades positivas e combater práticas discriminatórias historicamente reproduzidas no ambiente escolar. Nesse sentido, a utilização de biografias, poemas, crônicas, reportagens, entrevistas, relatos de vida e textos literários produzidos por autores negros amplia a representatividade e contribui para a desconstrução de estereótipos raciais.

Essa proposta encontra respaldo nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, que orientam a inclusão da história e da cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares como forma de promover o respeito à diversidade e combater o racismo (BRASIL, 2004). Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância do desenvolvimento de competências relacionadas à valorização das diferenças, à empatia e ao respeito aos direitos humanos, princípios que podem ser trabalhados por meio da leitura e produção de diversos gêneros textuais (BRASIL, 2018).

Schneuwly e Dolz (2004) destacam que os gêneros textuais constituem instrumentos de interação social e aprendizagem, permitindo aos estudantes compreenderem diferentes formas de participação na vida coletiva. Assim, ao trabalhar textos que abordam questões étnico-raciais, o professor possibilita que os alunos analisem criticamente discursos discriminatórios, identifiquem preconceitos naturalizados e construam posicionamentos fundamentados em valores de igualdade e justiça social.

A necessidade de desenvolver uma postura crítica diante dos discursos também é ressaltada por Cavalleiro (2003), ao demonstrar que o racismo pode manifestar-se de forma implícita nas práticas escolares, por meio de silenciamentos, representações estereotipadas e da ausência de referências positivas sobre a população negra. Nesse contexto, o trabalho com gêneros textuais torna-se um importante instrumento pedagógico para problematizar essas questões e promover novas formas de representação e reconhecimento.

Portanto, a utilização de gêneros textuais na educação antirracista possibilita articular o ensino da linguagem à formação cidadã dos estudantes. Ao promover o contato com diferentes vozes, experiências e perspectivas culturais, a escola

contribui para a construção de uma educação comprometida com a valorização da diversidade, o enfrentamento do racismo e a consolidação de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Literatura Afro-Brasileira e Africana

A literatura afro-brasileira e africana desempenha um papel fundamental na valorização das identidades negras e na promoção da educação para as relações étnico-raciais. Por meio de narrativas, poemas, contos, romances e autobiografias, essas produções literárias possibilitam o contato com diferentes experiências históricas, culturais e sociais, contribuindo para a desconstrução de estereótipos e para o reconhecimento da diversidade que constitui a sociedade brasileira. No contexto educacional, a inserção dessas obras no currículo escolar representa uma importante estratégia para a efetivação da Lei nº 10.639/2003 e para a construção de práticas pedagógicas antirracistas.

Historicamente, a literatura ensinada nas escolas brasileiras privilegiou autores e perspectivas europeias, relegando a segundo plano as produções de escritores negros e africanos. Essa invisibilização contribuiu para a manutenção de uma visão limitada sobre a formação cultural do país e para a exclusão das experiências da população negra dos espaços de representação literária. Conforme destaca Duarte (2011), a literatura afro-brasileira emerge como um movimento de afirmação identitária que busca dar visibilidade às vozes historicamente silenciadas, apresentando narrativas que abordam questões relacionadas à memória, ancestralidade, resistência, racismo e pertencimento cultural.

Segundo Gomes (2017), a valorização da cultura afro-brasileira no ambiente escolar constitui uma importante ferramenta de combate ao racismo, pois possibilita aos estudantes o reconhecimento das contribuições dos povos africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, a literatura torna-se um espaço privilegiado para o desenvolvimento da consciência crítica e para a promoção do respeito às diferenças, permitindo que os alunos conheçam diferentes perspectivas sobre a realidade social e histórica do país.

A literatura africana também apresenta significativa contribuição para a educação das relações étnico-raciais ao proporcionar o contato com a diversidade cultural do continente africano. Durante muito tempo, a África foi retratada nos

materiais didáticos de forma homogênea e associada apenas à pobreza, aos conflitos e à escravidão. Entretanto, autores como Chinua Achebe, Mia Couto, Pepetela e Paulina Chiziane evidenciam, por meio de suas obras, a riqueza cultural, linguística e histórica dos povos africanos, contribuindo para a superação de visões estereotipadas sobre o continente (MACÊDO; CHAVES, 2007).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais ressaltam que o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana deve contemplar produções artísticas e literárias capazes de evidenciar a participação dos povos negros na construção da sociedade. De acordo com Brasil (2004), a escola deve promover práticas educativas que valorizem a diversidade cultural e favoreçam a construção de identidades positivas entre os estudantes, especialmente aqueles pertencentes a grupos historicamente discriminados.

Nessa perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância do trabalho com diferentes manifestações culturais e literárias, reconhecendo a literatura como instrumento de formação humana, construção da cidadania e valorização da diversidade. O documento orienta que os estudantes tenham acesso a produções de diferentes matrizes culturais, incluindo obras afro-brasileiras, africanas e indígenas, favorecendo o desenvolvimento da empatia, do respeito às diferenças e da compreensão crítica das desigualdades sociais (BRASIL, 2018).

Além disso, o contato com textos literários afro-brasileiros e africanos possibilita aos estudantes refletirem sobre temas como identidade, preconceito, resistência e ancestralidade. Para Candido (2011), a literatura possui uma função humanizadora, pois amplia a capacidade de compreensão do outro e da realidade social. Dessa forma, ao inserir obras de autores negros e africanos no processo de ensino-aprendizagem, a escola contribui para a formação de sujeitos mais conscientes das relações de poder presentes na sociedade e mais comprometidos com a promoção da igualdade racial.

Portanto, a literatura afro-brasileira e africana constitui um importante instrumento pedagógico para a educação das relações étnico-raciais. Sua presença no currículo escolar favorece o reconhecimento da pluralidade cultural brasileira, fortalece a representatividade negra e contribui para a construção de uma educação

antirracista alinhada aos princípios estabelecidos pela Lei nº 10.639/2003, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e pela Base Nacional Comum Curricular.

O Trabalho com Gêneros Textuais na Construção de uma Educação Antirracista

A utilização de gêneros textuais no ambiente escolar constitui uma importante ferramenta para a construção de uma educação antirracista, uma vez que possibilita o desenvolvimento da leitura crítica, a valorização da diversidade cultural e a formação de cidadãos comprometidos com a justiça social. Ao promover o contato dos estudantes com diferentes discursos e perspectivas, a escola contribui para a compreensão das relações étnico-raciais e para o enfrentamento das desigualdades historicamente produzidas pela discriminação racial.

Nesse contexto, a leitura crítica de textos que abordam racismo, preconceito e discriminação torna-se fundamental para que os estudantes compreendam como determinadas representações sociais são construídas e reproduzidas por meio da linguagem. De acordo com Bakhtin (1997), todo discurso está inserido em um contexto histórico e social, carregando valores e ideologias que influenciam a percepção da realidade. Assim, ao analisar reportagens, artigos de opinião, poemas, contos, biografias e outros gêneros textuais que tratam das relações raciais, os alunos desenvolvem a capacidade de identificar discursos discriminatórios e refletir sobre suas consequências na sociedade.

Além de favorecer a leitura crítica, o trabalho com gêneros textuais contribui para o desenvolvimento da consciência histórica e cultural. Segundo Gomes (2017), a educação das relações étnico-raciais deve promover o reconhecimento da participação dos povos africanos e afro-brasileiros na formação da sociedade brasileira, rompendo com narrativas que historicamente invisibilizaram suas contribuições. Nesse sentido, a leitura de textos literários, históricos e biográficos possibilita aos estudantes compreenderem a trajetória de resistência da população negra, bem como a riqueza de suas manifestações culturais, religiosas, artísticas e sociais.

A valorização da representatividade negra nos materiais didáticos também constitui um elemento essencial para a efetivação da educação antirracista. Durante

muito tempo, os conteúdos escolares apresentaram uma visão limitada da população negra, frequentemente associada apenas ao período da escravidão ou a situações de vulnerabilidade social. Conforme destaca Munanga (2005), essa ausência de referências positivas contribui para a perpetuação de estereótipos e para a construção de identidades marcadas pela exclusão. Dessa forma, a inserção de textos produzidos por autores negros e de narrativas que evidenciem o protagonismo da população afro-brasileira possibilita ampliar as formas de representação e fortalecer o reconhecimento da diversidade presente na sociedade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais reforçam a necessidade de que os materiais pedagógicos contemplem a pluralidade cultural brasileira, valorizando a história e a cultura afro-brasileira e africana como componentes fundamentais da formação nacional (BRASIL, 2004). Essa orientação também está presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece o respeito à diversidade, a valorização das diferenças e a promoção dos direitos humanos como princípios orientadores da educação básica (BRASIL, 2018).

Por meio dessas práticas, a escola contribui para a formação de valores relacionados ao respeito, à inclusão e à cidadania. Conforme afirma Freire (1996), a educação deve possibilitar a construção de sujeitos críticos, capazes de compreender a realidade e atuar na sua transformação. Nesse sentido, o contato com gêneros textuais que abordam questões étnico-raciais favorece o desenvolvimento da empatia, do respeito às diferenças e da consciência sobre a importância da igualdade de direitos. Ao reconhecer e valorizar a diversidade cultural, os estudantes tornam-se mais preparados para conviver em uma sociedade plural e democrática.

Portanto, o trabalho com gêneros textuais representa uma estratégia pedagógica significativa para a promoção da educação antirracista. Ao estimular a leitura crítica sobre o racismo e a discriminação, fortalecer a consciência histórica e cultural, ampliar a representatividade negra nos materiais didáticos e contribuir para a formação de valores de respeito, inclusão e cidadania, a escola cumpre seu papel social na construção de uma educação comprometida com a equidade racial e com a formação integral dos estudantes.

Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão de literatura, de que maneira os gêneros textuais podem ser utilizados como instrumentos para a Educação das Relações Étnico-Raciais, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial e a valorização da diversidade cultural. A partir das discussões realizadas, constatou-se que o trabalho com gêneros textuais ultrapassa o ensino de aspectos linguísticos e estruturais da língua, constituindo-se como uma importante estratégia para a formação crítica dos estudantes e para o enfrentamento das desigualdades historicamente produzidas pelo racismo.

As reflexões desenvolvidas ao longo do estudo evidenciaram que a Educação para as Relações Étnico-Raciais representa uma conquista histórica dos movimentos sociais negros e um importante avanço nas políticas educacionais brasileiras, especialmente após a promulgação da Lei nº 10.639/2003. Contudo, também foi possível identificar que a efetivação de uma educação antirracista ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à permanência de currículos eurocêntricos e à insuficiente representatividade da população negra nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas.

Nesse contexto, os gêneros textuais revelam-se recursos fundamentais para a promoção de uma educação mais inclusiva e democrática. Por meio da leitura, análise e produção de diferentes textos, os estudantes têm a oportunidade de refletir criticamente sobre discursos que naturalizam preconceitos, compreender os processos históricos que marcaram a formação da sociedade brasileira e reconhecer a relevância das contribuições africanas e afro-brasileiras para a construção da identidade nacional. Além disso, o contato com narrativas, poemas, biografias, reportagens e demais gêneros que valorizam o protagonismo negro contribui para fortalecer identidades, ampliar repertórios culturais e combater estereótipos raciais.

As contribuições de autores como Bakhtin, Marcuschi, Gomes, Munanga, Cavalleiro e Oliveira permitiram compreender que a linguagem não é neutra, mas constitui uma prática social atravessada por relações de poder, identidades e disputas simbólicas. Nessa perspectiva, o ensino de Língua Portuguesa assume papel estratégico na promoção da justiça social, uma vez que possibilita

problematizar discursos discriminatórios e construir espaços de diálogo, respeito e reconhecimento das diferenças. De modo especial, os estudos de Oliveira (2008) reforçam que as interações discursivas em sala de aula influenciam diretamente a construção das identidades étnico-raciais e de gênero, evidenciando a necessidade de práticas pedagógicas conscientes e comprometidas com a inclusão.

Verificou-se ainda que as orientações presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e na Base Nacional Comum Curricular oferecem importantes subsídios para a inserção da temática racial no cotidiano escolar. Entretanto, sua concretização depende do engajamento dos profissionais da educação e da adoção de metodologias que integrem os princípios da educação antirracista às práticas de leitura, escrita e interpretação textual.

Dessa forma, conclui-se que os gêneros textuais possuem significativo potencial para promover a Educação das Relações Étnico-Raciais, pois favorecem a leitura crítica da realidade, o desenvolvimento da consciência histórica e cultural, a valorização da representatividade negra e a formação de valores pautados no respeito, na inclusão e na cidadania. Assim, ao incorporar diferentes vozes e experiências nos processos de ensino e aprendizagem, a escola fortalece seu papel social na construção de uma sociedade mais democrática, plural e comprometida com a superação das desigualdades raciais. Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar as discussões sobre o tema e incentive novas pesquisas e práticas pedagógicas voltadas à consolidação de uma educação efetivamente antirracista.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/CNE, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura.** 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2003.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura afro-brasileira: um conceito em construção.** Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, Brasília, n. 31, p. 11-23, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: resignificando e politizando a raça.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MACÊDO, Tânia; CHAVES, Rita. **Literaturas de língua portuguesa: marcos e marcas – Moçambique.** São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Niterói: EDUFF, 2004.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola.** 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

OLIVEIRA, Elânia de. **Relações étnico-raciais e de gênero no discurso da sala de aula de língua materna: um estudo etnográfico interacional.** 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola.** Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Educação das relações étnico-raciais: desafios e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.